

**JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1**



**MOBILIDADE URBANA, A PANDEMIA DO
(NOVO)CORONAVÍRUS (COVID-19) E SEUS
IMPACTOS NA ECONOMIA: REVISÃO DE
LITERATURA**

**URBAN MOBILITY, THE (NEW) CORONAVIRUS
PANDEMIC (COVID-19) AND ITS IMPACTS ON THE
ECONOMY: LITERATURE REVIEW**

Marcos Cesar PIVATO
Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
E-mail: MARCOS_PIVATO@hotmail.com

Severina Alves de ALMEIDA Sissi
Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT
Universidade Federal do Tocantins UFT
E-mail: sissi@faculadefacit.edu.br



RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa sobre a Mobilidade Urbana, a Pandemia do (Novo)Coronavírus (Covid-19), e os impactos causados na economia. O objetivo foi, a partir de uma revisão de literatura, identificar como essa pandemia tem afetado o transporte coletivo, e as empresas em geral, e quais medidas são possíveis e passíveis de serem aplicadas, para que se minimizem seus impactos. Especificamente buscamos: refletir acerca da Pandemia e da Covid-19 e seus desdobramentos; delinear a Mobilidade Urbana e o Transporte Coletivo em tempos da Pandemia do Coronavírus e da Covid-19; estudar a Pandemia da covid-19, identificando seus impactos na economia; descrever perspectivas futuras, refletindo acerca do que ainda está por vir. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa qualitativa e internetnográfica, com revisão da literatura disponível acerca da temática. Assim, foi possível alcançar nossos objetivos, ao mesmo tempo em que constatamos que a Pandemia do (Novo)Coronavírus e a Covid-19 impactaram sobremaneira a economia no setor de transportes. Percebemos, também, que esses danos são de ordem social, considerando a vulnerabilidade daqueles que fazem uso do transporte coletivo, com reflexos na economia em geral, a partir do momento em que os trabalhadores são acometidos pelo contágio da Covid-19, causando prejuízos no seu campo de trabalho.

225

Palavras-chave: Mobilidade urbana. (Novo)Coronavírus. Covid-19. Transporte coletivo. Economia.

ABSTRACT

In this article we present the results of a survey on Urban Mobility, the (New) Coronavirus (Covid-19) Pandemic and the impacts on the economy. The objective was, based on a literature review, to identify how this pandemic has affected public transport, and what measures are possible and likely to be applied, in order to minimize its impacts. Specifically we seek to: reflect on the Pandemic and Covid-19 and its consequences; to outline Urban Mobility and Public Transport in times of the Coronavirus and Covid-19 Pandemic; study the covid-19 Pandemic, identifying its impacts on the economy; describe future perspectives, reflecting on what is yet to come. In this sense, we conducted a qualitative and internet survey, with a review of the available literature on the subject. Thus, it was possible to achieve such objectives, at the same time that we found that the

(New) Coronavirus Pandemic and Covid-19 had a major impact on the economy in the transport sector. We also perceive that these damages are of a social order, considering the vulnerability of those who use public transport, with repercussions on the economy in general, from the moment that workers are affected by the contagion of Covid-19, causing damage in their field of work.

Keywords: Urban mobility. (New)Coronavirus. Covid-19. Public transport. Economy.

INTRODUÇÃO

O final da década de 2011-2020 foi marcado pela disseminação do vírus SARS-CoV-2 que causa a COVID-19, uma doença infecto contagiosa que se constitui como uma das mais letais pandemias da História da humanidade, com fortes impactos na saúde, na economia e na política de todos os países e continentes do planeta.

A integração das economias mundiais exige e possibilita uma mobilização das populações globais, maior e mais rápida, seja internacionalmente, seja no contexto local, fazendo com que a transmissibilidade do vírus seja potencializada constituindo-se, assim, num grande desafio, não somente para a gestão dos transportes, considerando este contexto epidemiológico como um verdadeiro desafio econômico e social.

Enquanto muitas categorias sociais podem mudar seu relacionamento laboral, conseguindo produzir remotamente, justamente os que dependem do serviço público de transporte coletivo são os que menos conseguem cumprir medidas de *isolamento em home office*.

Seria até possível, porém inteiramente inviável, a paralisação total dos serviços de transporte urbano coletivo. Isso porque este é um setor que garante os serviços básicos de atendimento à saúde, viabilizando transporte, segurança, produção e distribuição de alimentos, além de energia, serviços de comunicação e de dados e administrativos, sem os quais é impossível a vida com as mínimas condições civilizatórias.

Dessa forma, desenvolvemos este trabalho, que tem como objetivo geral foi conhecer e reconhecer como a pandemia do (Novo)Coronavírus tem afetado o transporte coletivo, identificando quais medidas são possíveis de serem aplicadas para que se minimizem os impactos e, assim, possamos enfrentar essa turbulência com menos prejuízos sanitários e econômicos.

Como objetivos específicos, elencamos: 1) Refletir acerca da Pandemia e da Covid-19 e seus desdobramentos; 2) Descrever a Mobilidade Urbana e o Transporte Coletivo em

tempos da Pandemia do (Novo)Coronavírus e da Covid-19; 3) Estudar a Pandemia da covid-19, identificando seus impactos na economia; 4) Apresentar perspectivas futuras, refletindo acerca do que ainda está por vir nesse cenário nada animador.

Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa e internetnográfica, com revisão da literatura disponível acerca da temática.

Nesse sentido, foi possível alcançar tais objetivos, ao mesmo tempo em que constatamos que a Pandemia do (Novo)Coronavírus e a Covid-19 impactaram sobremaneira a economia no setor de transportes, sendo esses danos também de ordem social, considerando a vulnerabilidade daqueles que fazem uso do transporte coletivo, com reflexos na economia em geral, a partir do momento em que os trabalhadores são acometidos pelo contágio da Covid-19.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de forma interdisciplinar, a partir dos procedimentos das pesquisas bibliográfica e qualitativa (GIL, 2002; FAZENDA, 2008; VASCONCELOS, 2009; ALMEIDA ET ALL. 2017; MIRANDA E SILVA, 2019; FAZENDA, 2008; ALMEIDA ET ALL. 2017; MELO, OLIVEIRA E ALMEIDA, 2020; e SILVA E ALMEIDA, 2020). A pesquisa tipo Internetnográfica (ALMEIDA ET ALL. 2017a; VANDERLEY, SILVA E ALMEIDA, 2020; LIRA E ALMEIDA, 2020), também está no horizonte da investigação, por ter se realizado também pela internet.

Tendo como referencial o estudos de Gil (2002), Miranda e Silva (2019), e Lira e Almeida (2020), a pesquisa, é de teor qualitativo; é, também, do tipo exploratória (GIL, 2002). A partir de um levantamento bibliográfico quando acionamos fontes seguras, a partir dos resultados de “[...] pesquisas realizadas com todo rigor científico e acadêmico, publicadas em livros, capítulos de livros, artigos em periódicos on line com referências qualis na plataforma digital da CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” (VANDERLEY, SILVA E ALMEIDA, 2020, p. 152). Também realizamos uma buscas nos bancos de dados Google Acadêmico; Bibliotecas Digitais e SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica On-line), dentre outros.

Em relação à pesquisa via internet, utilizamos os procedimentos da Internetnografia, metodologia qualitativa descritiva por excelência (ALMEIDA, ET ALL, 2017a; VANDERLEY, SILVA E ALMEIDA, 2020).

Quanto à análise dos dados recorreremos aos estudos de Campos (2011), e seu método de estudos sobre análise de conteúdo como ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo das pesquisas científicas.

MOBILIDADE URBANA: OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO TRANSPORTE COLETIVO

Pandemia e Covid-19

A humanidade tem experimentado, periodicamente, epidemias que têm dizimando milhões de pessoas. Nos dias atuais, essas pandemias, apesar do avanço do controle sanitário e da ciência, estão se repetindo em curtos espaços de tempo e com nível de contágio muito rápido, devido às inúmeras interações sociais e mobilidades nacionais e internacionais.

Vírus das mais diversas procedências, a Covid-19 tem avançado, descontroladamente, do mundo animal para o mundo humano, de modo que suas constantes mutações entre nós têm exigido muita organização e pesquisa e, não obstante, vêm n enormes prejuízos em termos de vidas perdidas e em relação à economia.

A COVID-19 teve seu início na província chinesa de Wuhan, na China no finalzinho de 2019. É uma Síndrome Respiratória Aguda e Grave, causada por um novo tipo de Coronavírus, que se torna fatal em pessoas com comorbidades que sofrem com a baixa da imunidade e problemas nos sistemas cardiorrespiratórios (LIRA E ALMEIDA, 2020).

No momento atual, a COVID-19 não tem cura conhecida. Mas um esforço por medidas de distanciamento social e medidas sanitárias de proteção individual, como o uso de máscaras e de higienização das mãos, tem procurado minimizar as contaminações para que os sistemas de saúde não entrem em colapso. Ao mesmo tempo, um esforço inédito procurou desenvolver vacinas logrou êxito no fim de 2020 e uma corrida pela imunização das populações promete se prolongar por todo o ano de 2021, e também 2022,

Ocorre que essa pandemia surpreendeu o mundo num de seus piores momentos, onde um perigoso negacionismo, alicerçado em inúmeras notícias falsas, facilmente disseminadas nas redes sociais, tem minimizado e atrapalhado os esforços das autoridades em relação ao bom enfrentamento em busca de vacinas para enfrentamento da pandemia. Pessoas negam a seriedade da doença, assim como negam a eficácia das vacinas ou as associam a efeitos malefícios de saúde e até de mudanças no DNA humano. Enfim, tudo isso tem um efeito negativo ainda a ser estudado, haja vista seus efeitos em vidas e

prejuízos econômicos gerados pelo combate ao tratamento dos doentes e ao fechamento das atividades econômicas. Entende-se que o governo Federal deva liderar o amplo processo de enfrentamento da pandemia.

Segundo Brito et all (2020):

O avanço da atual pandemia requer medidas rápidas e conscientes para preservar a população. Tais medidas, embasadas em uma sólida base científica, promovem e garantem o fortalecimento de ações estratégicas para o enfrentamento da COVID-19. O avanço da atual pandemia requer medidas rápidas e conscientes para preservar a população. Tais medidas, embasadas em uma sólida base científica, promovem e garantem o fortalecimento de ações estratégicas para o enfrentamento da COVID-19 (BRITO, et all, 2020, p. 60).

Nesse sentido, percebe-se que essa pandemia, a despeito da forma como os governantes a encaram, modificou radicalmente hábitos e costumes dos diferentes povos em todos os continentes. De um lado, pessoas se revelam mais solidárias e empáticas, de outro, antigos problemas, como a ação de corruptos que se aproveitam da situação pra desviar dinheiro público. Situações de cuidado e entendimento das medidas protetivas, situações de desafio à doença de milhares que se põe em situação de risco por não acreditarem na seriedade do contágio ou absoluto imperativo de sobrevivência, além de situações de pânico diante do excesso de informações negativas, do medo de ser contaminado e da solidão refletida até mesmo diante do ato de se despedir de ente querido falecido.

Nessa perspectiva, Cambi (2020), assim se manifesta:

Infelizmente, nem todos podem cumprir o isolamento social por fazerem parte de serviços essenciais ou por necessidade. De acordo com Márcia Castro, doutora em demografia, “Corona não discrimina por raça, nem renda, mas evidencia e expõe as desigualdades que temos no Brasil e no mundo”. Com isso, nota-se que grande parcela da população é formada por autônomos e por pessoas que passam por dificuldades financeiras, não dando a elas possibilidade de cumprir a quarentena já que dependem do trabalho diário e externo para seu sustento, mesmo que isso os exponha à maior chance de contágio (CAMBI, 2020, p. 27). (Aspas do texto original).

Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo

A mobilidade é um problema antigo das cidades brasileiras. Elas crescem desordenadamente e a ocupação dos espaços segue a lógica do capital especulativo

imobiliário: imóveis caros no centro, onde estão o comércio, os serviços, o lazer, os estudos, os empregos e loteamentos com preços mais acessíveis no entorno onde se estabelecem as populações criando uma série de demandas, entre elas a do serviço público de transporte coletivo.

O serviço público de transporte coletivo, por sua vez, segue a mesma lógica capitalista: aperfeiçoar os custos e obter mais lucro, constituindo historicamente uma relação cujo último interesse seja o bem estar social.

Segundo Cocco (2013):

[...] no Brasil, (a política de transporte público coletivo) se dá em um ambiente construído absolutamente desadaptado para fazê-lo, seja porque os pactos de poder locais e regionais favorecem a expansão urbana dispersa, consoante uma proteção à produção imobiliária e ao rentismo – a despeito das diretrizes do Estatuto das Cidades e dos Planos Diretores Municipais –, seja porque o processo histórico que ensejara os serviços de transporte público no Brasil leva a marca do enfraquecimento contínuo do Estado no âmbito federal e dos entes federados, incluindo os municípios (SILVEIRA E COCCO, 2013, p. 41).

Ademais, o capital não é uma entidade una e com objetivos unos, mas uma variedade de interesses individuais, algumas vezes conflitantes e mesmo irracional, que trava o desenvolvimento econômico que poderia gerar mais lucro pro investidor e benefícios para a população. Nesse contexto aqueles com mais acesso ao poder estabelecem privilégios e resistem a transformações do setor. Experimentamos segundo SILVEIRA e COCCO (2013) uma “modernização pela metade”, que além de causar enormes prejuízos ao capital privado e à população em geral, resultara em grave prejuízo público que passará o tempo fazendo e refazendo obras de mobilidade urbana, mal planejadas e mal executadas cujo ciclo resulta nessa sociedade que conhecemos hoje.

O papel do Estado no planejamento e na gestão da política de mobilidade urbana é essencial, sem o qual, ou sem a uma participação efetiva o caos social e econômico se instala.

Não obstante,

[...] “esse planejamento dos transportes trata não apenas da edificação de infraestrutura, mas da criação de uma legislação urbana de uso do solo adequada (e sua execução, garantindo a diretriz da função social da terra urbana, presente no Estatuto das Cidades), um sistema tributário, uma formatação institucional etc., sendo a logística uma estratégia de gestão desse conjunto, voltada a tornar eficaz a fluidez territorial.

Nesse caso específico, a fluidez dos deslocamentos cotidianos na cidade” (SILVEIRA E COCCO, 2013, p. 51). (Parênteses e aspas do texto original).

A omissão do Estado, ou sua ineficiência, no gerenciamento do transporte coletivo urbano, recrudescer a tendência do aumento do transporte individual no país. O esgotamento do sistema já é sentido há décadas e as soluções não se mostraram eficientes para acompanhar as demandas geradas pelo crescente fluxo de veículos e pessoas.

Com efeito,

[...] Na atualidade, a maioria das grandes cidades brasileiras está com suas vias saturadas devido ao grande número de veículos que circulam diariamente ocasionando grandes números de congestionamentos, deixando as cidades desumanas. Isto é reflexo, principalmente, de ausência de investimentos em transporte público de massa de qualidade, como ônibus, metrô, VLT's, e em alguns casos embarcações (BORGES, 2020, pp. 2-3).

Os grandes eventos internacionais da década de 2010-2010, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) levantaram esse debate, e grandes investimentos foram feitos em muitas cidades brasileiras. Contudo, passados os eventos e evidenciados os problemas de planejamento e execução dessas obras, além de seu alto custo, o país volta a sofrer com a escassez de soluções definitivas para o problema da mobilidade urbana.

Recentemente, no entanto, medidas polêmicas apresentaram um tímido resultado na cidade de São Paulo: Criar faixas exclusivas para ônibus, ciclovias, reduzir a velocidade dos veículos particulares nas demais faixas. Isso fez tornar-se vantajoso o uso do transporte coletivo, bem como reduzir os índices de acidentes fatais. Tais medidas estimulavam o uso de serviços públicos de transporte coletivo e de transportes alternativos menos poluentes e mais saudáveis como a bicicleta. Essas medidas associadas a novos hábitos como o compartilhamento de veículos estavam reequilibrando espaço, quantidade de usuários e meio ambiente. Todavia ações populistas fizeram a descontinuidade desses programas e hoje o problema da mobilidade persiste na maior cidade do Brasil.

Mesmo em cidades menores o problema da mobilidade urbana tem se tornado cada vez mais grave. Especialmente nas cidades sem planejamento urbanístico como é o caso das cidades medianas de nossa região: Araguaína, Imperatriz e Marabá. Nessa última, município do Sudeste do Pará com 283.542 habitantes (IBGE, 2020) os serviços de transporte coletivo oferece poucas opções e já se questionava há muito tempo, a qualidade do serviço oferecido. Não é diferente em nenhuma das outras cidades médias dessa região

do Tocantins, Pará e Maranhão. O mestre em Engenharia de Transportes Alam Monteiro Borges¹ fala sobre a necessidade de se planejar com a participação de todos os segmentos sociais: setor produtivo, governos, prestadores de serviços e usuários, para a construção de um sistema que ofereça segurança, alternativas e eficiência nos serviços de transporte coletivo de maneira a possibilitar o maior desenvolvimento da região.

Transporte Coletivo em tempos de Pandemia

Os impactos dessa pandemia no transporte coletivo urbano são enormes. Se por um lado os ônibus, trens, metrô e mesmo taxis e “uberês” constituem-se num grande risco de proliferação do vírus e contaminação de seus usuários; sem eles tampouco é possível qualquer atividade na sociedade moderna.

No arcabouço legal brasileiro cabe ao município regulamentar a mobilidade urbana. Assim verificamos vários e diversificados movimentos envolvendo os mais de 5 mil municípios brasileiros.

De acordo com Silveira e Ramalho (2020):

[...] A competência dos municípios para a adoção de medidas no âmbito local, como a edição de atos normativos, para o combate a pandemias, como a decorrente da COVID-19, encontra embasamento tanto na Constituição Federal, como na legislação infraconstitucional. [...] Não há dúvida que a grave situação de pandemia mundial exige coordenação nacional, regional, estadual e municipal. Ocorre que o Estado, no âmbito de sua competência que rege os interesses gerais de uma região, não é dado se sobrepor ao interesse eminentemente local, cuja competência e autonomia para dispor pertence aos municípios (SILVEIRA E RAMALHO, 2020, p. 6).

232

Inicialmente, as medidas de distanciamento social impuseram fortes restrições ao uso dos transportes públicos. Estudo da Fundação Getúlio Vargas FGV (LIMA ET ALL, 2020), diagnostica que em São Paulo as empresas de transporte coletivo de ônibus estão operando com uma redução média de mais de 75% dos passageiros desde o início das medidas de isolamento social. Quase todos os decretos municipais consagraram esse limite de 25% da capacidade total de passageiros. Posteriormente, e com um maior conhecimento sobre como se dava a transmissão, de como se poderiam evitar muitas mortes e, principalmente, com os sistemas públicos de saúde mais robustos (mais UTI'S, mais

¹ Em conversa informal.

respiradores mecânicos e mais pessoal contratado) essas medidas foram mais flexibilizadas.

O estudo da FGV (LIMA ET ALL, 2020), aponta as seguintes medidas diante da pandemia, conforme o quadro 1.

Recomendações para stakeholders do transporte durante a pandemia de COVID-19.	
Usuários	<ul style="list-style-type: none"> • Evitar deslocamentos desnecessários; • Adaptar deslocamentos necessários para os horários menos movimentados; • Reforçar medidas de higiene;
Operadores	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptar os planos de contingência em função das especificidades de uma pandemia; • Integrar o planejamento da pandemia com programas e procedimentos de gerenciamento de emergências existentes na organização e nas demais instituições; • Seguir nas medidas de prevenção a propagação da doença no transporte público as diretrizes dos organismos de saúde e serem colocadas em prática por profissionais de saúde capacitados; • Intensificar rotinas de limpeza; • Conscientizar a mão-de-obra quanto à doença; • Limitar a ocupação dos veículos; • Executar ações de engenharia que limitem o contato entre passageiros e funcionários; • Adotar quadro horários de fim de semana em caso de limitação dos serviços; • Fazer um levantamento de todas as funções essenciais, juntamente com um inventário das qualificações de toda a equipe; • Certificar que os estoques e as cadeias de suprimento de material operacional e de proteção individual estejam adequados para manutenção da operação e proteção dos funcionários; • Comunicar com mensagens claras, diretas e concisas, evitando confusão e disseminação de boatos em torno da doença; • Avaliar processos de comunicação da organização para que haja rapidez e eficácia na informação pública;
Poder público	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer outras opções de deslocamento (ex: bicicletas); • Reduzir os custos do transporte individual (ex: suspensão de taxas de estacionamento e pedágios); • Construir conjuntamente com operadores e sociedade soluções para manutenção dos serviços de transporte coletivo durante e após a crise.

Quadro 1. Recomendações para usuários evitarem o contágio da doença.
Fonte: (LIMA, SCHECHTMAN, BRIZON, FIGUEIREDO, 2020, p. 23).

A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA

Há um inegável impacto na economia com a pandemia do (Novo)Coronavírus. Esse impacto é global e acontece porque as economias centrais (EUA, China, Japão e Europa) já sofrem, mas é nos países de economia periférica que os efeitos serão mais incisivos e demorados. No caso do Brasil é pior. O Brasil estava em processo de crise desde 2008-2009 com reações que pesavam muito pro Estado à base de incentivos fiscais e desonerações do setor produtivo. Em 2016, o país optou por uma mudança nessa política, passando por um enxugamento dos gastos públicos, pela diminuição do tamanho do Estado e pela redução dos direitos dos trabalhadores. Essas medidas foram vendidas como solução das crises, mas a crise persistiu por se tratar de uma crise global. Esse quadro insolúvel de enfraquecimento econômico foi o cenário encontrado pela crise sanitária do Coronavírus. O Estado ainda mantendo o seu discurso de diminuição de suas funções e a realidade sanitária exigindo mais ação estatal.

Nesse sentido, Paula (2020) afirma que:

Entretanto, justamente, quando estávamos vivendo um período de grande enxugamento do Estado, com cortes significativos nos gastos públicos, retração das políticas sociais, precarização dos serviços públicos e redução de direitos sociais e trabalhistas, nos assola um contexto de pandemia (global) que exige a intervenção estatal. E não a exige penas para o grande capital, mas para a massa da população que sofre, adocece e perde sua vida (PAULA 2020. p. 247).

234

Mas o governo Brasileiro insistiu em não enxergar a realidade da grandeza da pandemia. Suas medidas foram tardias e sua aposta de que a crise pandêmica seria breve e sem grandes sobressaltos não se comprovou. Assim os efeitos econômicos da COVID-19 no país se amplificou e hoje, além de sermos o segundo país em número de casos e mortos, em se considerando os termos econômicos o cenário que se desenha é de que a crise será longa e estacionada em altos índices de desemprego e baixos índices de produtividade e alto custo do Estado com baixa arrecadação.

Ademais,

[...] No Brasil, assistimos, em meio ao avanço da pandemia COVID-19, o crescimento vertiginoso desses três aspectos: o país chega a ter, aproximadamente, treze milhões de brasileiros desempregados no primeiro trimestre de 2020; o aumento nos casos explícitos de racismo, por todo o país

são estarrecedores¹⁴; e o meio ambiente nunca foi tão atacado pelo próprio governo como no momento atual. (PAULA, 2020. p. 257).

PERSPECTIVAS FUTURAS: O QUE AINDA ESTÁ POR VIR

A perspectiva dessa crise no mundo é de esperança e controle. A vacinação se expande e medidas econômicas são adotadas para que a população seja menos atingida e os Estados possam arrecadar mais. No Brasil, no entanto, o cenário é outro. A politização da doença tem dominado o cenário e a guerra de informações divide a população. Criou-se uma dicotomia falsa de que se combater a COVID-19 vai enfraquecer a economia, e se prega que a pandemia só se encerrará por si mesma, sendo inútil tratar as medidas de isolamento e a vacinação, propalada como verdadeiro risco para a saúde do povo.

Segundo Paula (2020):

[...] quando observamos o Brasil, em comparação a outros estados nacionais, as diferenças de condução desse processo são alarmantes. Em nosso país tivemos que nos submeter ao falso paradoxo criado pelo governo Bolsonaro: saúde x economia. Bolsonaro e seu núcleo de ministros criaram argumentos para acusar quem defende as medidas de distanciamento social de estarem contra o Brasil, contra o seu crescimento econômico. O fato é que medidas de preservação da vida devem ser criadas em paralelo com políticas econômicas, que tenham o objetivo de evitar a dramática queda nas condições de vida da população durante a pandemia e a recuperação da agenda econômica no pós-pandemia (PAULA, 2020. p. 247).

235

A prevalecer essa política oficial, teremos um cenário com muito mais mortos. Uma pandemia sem controle pode vitimar meio milhão de brasileiros, segundo estudo da Universidade de Oxford.² Os impactos econômicos disso são desastrosos. Enquanto isso o governo aponta que a crise é provocada pelas medidas de prevenção. É verdade que elas tem impacto, mas a alternativa de não prevenir ou apostar em supostos tratamentos sem comprovação científica e na ideia de que podemos superar a crise sem vacinação, é desastrosamente pior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia do (Novo)Coronavírus e, conseqüentemente, da Covid-19, teve início na China no final do ano de 2019, e disseminou-se em todos os continentes em 2020,

² Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/pesquisadores-de-oxford-projetam-478-mil-mortes-por-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 02-fev-2020.

adentrando também em 2021, e possivelmente deve se estender nos próximos anos. Apesar das vacinas que já estão imunizando pessoas em situação de vulnerabilidade, trabalhadores que atuam na linha de frente da saúde, idosos com mais de 80 (oitenta) anos e indígenas, o cenário que se anuncia não é nada animador.

Diante disso em todas as sociedades se verificaram impactos de toda ordem, sendo o da economia, mais um destes. Sem contar as perdas irreparáveis de vidas que são dizimadas cotidianamente, quando os sistemas de saúde entraram em colapso, e as pessoas morrem por uma simples falta de oxigênio,

Quando se trata da economia, o setor de transporte coletivo se ressentiu, pois se apresenta como um canal eficiente de transmissão do vírus, além de ter seus profissionais, motoristas e auxiliares contaminados.

Esses profissionais que utilizam o transporte coletivo para irem ao trabalho, também se constituem num problema, uma vez que as chances de contaminação e transmissão são exponenciais, tanto no ambiente de trabalho, como no próprio trajeto até lá.

Nesse sentido, precisamos de atuar em prol de uma conscientização de todos, alertando para a importância de se vacinar, e de se preocupar também com os outros, num processo de alteridade empatia.

236

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A. et al. Imoralidade como atributo da Gestão Pública no Brasil: Por uma Ética do Devir. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 13 Nº 33 vol. 04 – 2017a ISSN 1809-3264. Disponível: <http://www.revistaquerubim.uff.br/> Acesso em: 19-jan-2021.

ALMEIDA, S. A.; et. al. A Pesquisa Etnográfica no Contexto Indígena Apinajé. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. v. 1, n. 2. 2017. Pp. 156-176. ISSN 2526-4281. Disponível: <https://jnt.faculdadefacit.edu.br>. Acesso em: 06-jan-2021.

BORGES, A. M. Mobilidade urbana em tempos de pandemia: Reflexões para o caso de Marabá-PA, **UNIFES SPA CONTRA A COVID**. Belém, 2020. Disponível: https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/Texto_Alan_Borges_-_10_07.pdf. Acesso em: 02-fwv-2020.

BRITO, S. B. P. et. al. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI IN. **Revista Visa em Debate**, Brasil, 2020. Disponível: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531/1198>. Acesso em: 02-fwv-2021.

CAMBI, E. Pandemia da Covid-19: reflexões sobre a sociedade e o planeta Curitiba: Escola Superior do Ministério Público, 2020. Disponível:

https://escolasuperior.mppr.mp.br/arquivos/Image/publicacoes/PandemiadaCovid-19Reflexoes_sobreasociedadeeoplaneta.pdf. Acesso em: 02-fev-2020.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília (DF). 2011. set/out; 57(5): 611-4. Disponível: <https://www.scielo.br>. PDF. Acesso em: 01-fev-2021.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. In: **O Que é interdisciplinaridade?** / Ivani Fazenda (org.). — São Paulo: Cortez, 2008. Disponível: <https://filosoficabiblioteca.files./fazenda-org-o-que-interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 16-jan-2021.

LIMA, G. C. L. S., SCHECHTMAN, R., BRIZON, L. C., FIGUEIREDO, Z. M. **Transporte público e COVID-19: O que pode ser feito?**. Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV CERI). Rio de Janeiro; 2020. Disponível: <https://ceri.fgv.br>. Acesso em: 02-fev-2021.

LIRA, M. C. ALMEIDA, S. A. A Volatilidade no Mercado Financeiro em tempos da Pandemia do (Novo)Coronavírus e da Covid-19: Impactos e Projeções. **JNT- Facit Business and Technology Journal**. ISSN: 2526-4281. Outubro de 2020 - Ed. 19. Vol. 1. Págs. 140-157. Disponível: www.revistasdafacit/jnt.edu.br. Acesso em: 02-fev-2021.

MELO, G. L. V.; OLIVEIRA, L. V. S.; ALMEIDA, S. A. A Ética Ecológica como Fundamento do Direito Ambiental: Um Estudo na Perspectiva da Antropoética. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. Pp. 76-88. 2020; Ed. 17. Temática. Manacial: Ética & Direito. Disponível em: <https://jnt.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: 02-fev-2021.

MIRANDA, D. L.; SILVA, D. M. Práticas de Letramento Literário: o Leitor e a Obra Literária na Construção do Saber. In: **JNT - Facit Business and Technology Journal**. v. 1, n. 10, 2019. ISSN 2526-4281. Disponível em: <https://jnt.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: 02-fev-2021.

PAULA, L. G. P, de. A Conjuntura de uma Pandemia e o Que Ainda Está Por Vir – Impactos e Estratégias Possíveis. **Revista Serviço Social em Perspectiva** – Montes Claros/MG, v.4, n. 2, jul/dez-2020. p. 236-260 Disponível: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php>. Acesso em: 02-fev-2021.

SILVEIRA, M. R; COCCO, R. G. Transporte público, mobilidade e planejamento urbano: contradições essenciais, **Estudos Avançados**, 27, UFSC, Brasil, 2013. Disponível: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 02-fev-2021.

SILVEIRA, C. E; RAMALHO, R., **Lotação Máxima Prevista para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano Durante Pandemia Covid-19**, 2020. Disponível: <http://proweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa>. Acesso em: 02-fev-2021.

VANDERLEY, Matheus Silva; SILVA, Jean Gomes dos Santos; ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). Educação Financeira na Infância e Adolescência e Seus Reflexos na Vida Adulta: Uma Revisão de Literatura. In: **JNT- Facit Business and Technology Journal**. Nov. 2020. Ed. 20; V. 1. Págs. 149-166. ISSN: 2526-4281. Disponível: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Acesso em: 02-fev-2021.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.